



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA ALICE DOURADO SANNA  
ORIENTADORA: ROGÉRIA DA SILVA MARTINS

**A PRISÃO SOB UM NOVO OLHAR: UMA ANÁLISE DAS  
MULHERES EM EXERCÍCIO DE PODER NA PENITENCIÁRIA  
FEMININA DO DISTRITO FEDERAL**

VIÇOSA  
MINAS GERAIS -BRASIL  
DEZEMBRO/2017

MARIA ALICE DOURADO SANNA

**A PRISÃO SOB UM NOVO OLHAR: UMA ANÁLISE DAS  
MULHERES EM EXERCÍCIO DE PODER NA PENITENCIÁRIA  
FEMININA DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado a Universidade Federal de Viçosa –  
UFV como parte das exigências para obtenção do  
título de Graduação em Ciências Sociais

Orientadora: Rogéria da Silva Martins.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS -BRASIL  
DEZEMBRO/2017

MARIA ALICE DOURADO SANNA

**A PRISÃO SOB UM NOVO OLHAR: UMA ANÁLISE DAS  
MULHERES EM EXERCÍCIO DE PODER NA PENITENCIÁRIA  
FEMININA DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado a Universidade Federal de Viçosa –  
UFV como parte das exigências para obtenção do  
título de Graduação em Ciências Sociais.

Viçosa, 13 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.: Rogéria da Silva Martins  
(Orientadora)

---

Prof.: Thatiana de Andrade Figueira

---

Prof.: Marco Aurélio Marques Ferreira

## LISTA DE TAB ELAS

<b>Tabela 1:</b> Servidores que participaram da pesquisa quantitativa .....	12
<b>Tabela 2:</b> Cargos nas prisões brasileiras .....	14
<b>Tabela 3:</b> Vagas nas Penitenciárias do Distrito Federal e Taxa de internos/agente.....	15

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Vínculo empregatício nas prisões brasileiras .....	15
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

PFDF – Penitenciária Feminina do Distrito Federal

SSPDF – Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

## RESUMO

SANNA, Maria Alice, D. S. Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2017. **A prisão sob um novo olhar: uma análise das mulheres em exercício de poder na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.** Orientadora: Rogéria Martins.

O presente trabalho teve como objetivo analisar a gestão da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), a partir de uma pesquisa qualitativa realizada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal em 2016. Foi realizada uma análise das entrevistas qualitativas com as(os) gestores da PFDF e proposto um eixo de discussão teórica a partir de Scott (1991) sobre a utilização de gênero como uma categoria analítica. Utilizou-se a categoria gênero para compreender as relações sociais dentro do presídio feminino, apresentando uma instituição masculinizada marcada por relações de poder, mas também enfocando o espaço da agência humana dentro dos presídios. Neste sentido, uma gestão liderada por mulheres, principalmente na diretoria da prisão, é entendida como uma forma de resistência a estas relações de poder existentes nesta instituição. Para compreender este tipo diferenciado de gestão, é trabalhado o conceito de discricionariedade no exercício do poder, apresentando que esta discricionariedade gera efeitos positivos na gestão do presídio, tanto no sentido das mulheres em exercício do poder, tanto em níveis de ressocialização e vivência das mulheres presas na PFDF. Este trabalho visou contribuir com o recente tema de pesquisa que é o estudo do trabalho prisional, acrescentando a este a importância da discussão de gênero não apenas em relação as mulheres presas. Além disso, a discussão proposta contribui a níveis de gestão dos presídios, destacando também a importância de o Estado incorporar perspectivas de gênero na gestão pública.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS</b>	
1.1. Contextualização da pesquisa .....	11
1.2. Metodologia .....	12
<b>2. AGENTES PRISIONAIS: RECENTE TEMA DE PESQUISA</b>	
2.1.O trabalho na prisão .....	13
2.2. Nova agenda, novos desafios .....	15
2.3. Agentes prisionais: um olhar sociológico .....	18
<b>3. A PRISÃO SOB NOVO OLHAR: COMPREENDENDO A PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL (PFDF)</b>	
3.1. Sobre a PFDF .....	20
3.2. Gênero como categoria analítica .....	23
3.2.1. Onde há poder, há resistência? .....	25
3.3. Ambiguidades do Sistema Prisional .....	27
3.4. A gestão prisional feita por mulheres: discricionariedade no exercício de poder.....	28
3.4.1. “Necessidades de Estado”: a importância da perspectiva de gênero na gestão pública .....	33
<b>4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>5. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>35</b>



## INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro é objeto de muitas pesquisas das ciências sociais, suscitando importantes discussões sobre os mais variados problemas encontrados neste ambiente. As condições infra estruturais dos presídios, como quantidade de celas e superlotação, efetividade das prisões da forma como são, situações vivenciadas pelos presos, dentre outras, são frequentemente trazidas a debate. Esta ampla produção de conhecimento se mostra importante para a mudança de paradigmas presentes em nossa sociedade, de forma que possam ser adotadas melhores medidas com base nos estudos realizados, além de contribuir para a mudança de uma cultura de que a prisão seria, por si só, uma solução para os problemas de criminalidade e violências enfrentados.

Entretanto, são poucos os estudos que se aprofundam em uma dimensão essencial para se compreender o sistema prisional: as/os agentes penitenciárias/os dos presídios. Estes profissionais têm seus papéis e funções analisados, muitas vezes, apenas sob a perspectiva do abuso de autoridade/poder, o que reduz as possibilidades de produção de um conhecimento tão complexo quanto pode ser o Sistema prisional. Além disso, é importante destacar que dentro desta área de estudos acerca estes profissionais, ainda menor é a produção que tenha o gênero como perspectiva analítica do trabalho nos presídios.

Por este motivo, este foi o enfoque escolhido, no qual buscou-se compreender as relações entre servidores homens e mulheres dentro do presídio, analisando relações de poder existentes, mas também uma forma de resistência a estas. Este trabalho se constitui em uma dupla contribuição, visto que tem como enfoque o papel das agentes no exercício de poder, tendo como ponto central de análise a gestão da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), a partir de uma pesquisa realizada no ano de 2016. Porém, para compreender os aspectos referentes a atuação das mulheres dentro da prisão, também analisou-se entrevistas realizadas nos presídios masculinos do Distrito Federal, a título de comparação sobre a posição ocupada pelas mulheres em cada um destes ambientes.

Neste sentido, o foco não é realizar uma análise aprofundada das prisões brasileiras de forma geral, mas contribuir no que diz respeito ao trabalho das agentes prisionais, buscando compreender como a gestão feita por mulheres impacta nas ações dentro do presídio, partindo da ideia de que o presídio é uma instituição masculinizada e que relações de poder existem entre agentes homens e mulheres. Alguns trabalhos se apoiam no gênero para analisar as relações de poder entre servidores homens e presas mulheres, mas não nas relações entre os profissionais. Estas relações dizem muito sobre a própria instituição, muitas

vezes reforçando o “papel” da mulher socialmente concebido, associado a proteção, fragilidade, “natureza”. Entretanto, onde há poder, também há resistência, e o caso da Penitenciária Feminina pode ser considerado desta forma, o que gera impactos em nível de gestão prisional.

Sendo assim, este trabalho está dividido em duas principais partes: *i)* propor uma contextualização de pesquisas realizadas acerca do trabalho das/os agentes prisionais enquanto participantes de uma *instituição total*, apreendendo de que forma a inserção neste meio interfere nas relações externas e internas dos agentes. Paralelamente a próxima parte, incluiu-se uma reflexão com base numa perspectiva de gênero; *ii)* compreender como as significações de gênero construídas na prisão impactam no trabalho exercido pelas mulheres dentro dos presídios, analisando o caso da PFDF, onde a gestão é feita em sua maioria por mulheres.

A primeira parte visa fornecer um panorama geral sobre o trabalho das/os agentes, compreendendo sociologicamente esta profissão a partir da categoria de *instituição total* de Erving Goffman (2001), tratada por Moraes (2013) ao analisar a identidade dos agentes, e também a partir do processo nomeado de “prisionalização” tratado por Chies (2005). Esta é a perspectiva sociológica trabalhada aqui para refletir sobre esta profissão, enfocando suas dificuldades e limites. Entretanto, visando contribuir com estes estudos, foi proposta uma reflexão a partir de uma perspectiva de gênero, que se articula com a segunda parte, argumento central do trabalho: o papel das mulheres na gestão dos presídios.

Neste segundo momento, será feita uma apresentação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, onde foi realizada a pesquisa base para este trabalho. A partir das relações envolvidas neste local é que foi possível entender o problema aqui abordado, analisando a atuação das mulheres dentro do presídio e aspectos referentes a esta gestão: significações sobre qual o papel das mulheres nos presídios, ambiguidade do trabalho feminino (CHIES, VAREL, 2007), concluindo com o argumento central que é sobre a discricionariedade no exercício de poder em uma gestão feminina.

O resultado central desta pesquisa, e que será desenvolvido ao longo dos capítulos, é que a Penitenciária Feminina é compreendida como um campo de disputas de poder, mas, principalmente, um local de resistência, e que isto gera impactos positivos na gestão. A gestão feita por mulheres se constitui em uma forma de resistência ao formato padrão da instituição prisional, que se caracteriza por um ambiente masculino e marcado por reforço dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

## 1. DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

### 1.1. Contextualização da pesquisa

Para realizar este trabalho, foram utilizados os dados da I Pesquisa de Qualidade de Vida dos servidores do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, de iniciativa da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal (SSP/DF). A qualidade de vida é um conceito que expressa a relação entre as condições de trabalho, satisfação pessoal com produtividade. O objetivo desta era identificar os principais empecilhos vivenciados pelos servidores das prisões do Distrito Federal, sob diferentes perspectivas de avaliação: organização do trabalho, práticas de gestão, desgaste proveniente do trabalho, relações socioprofissionais e reconhecimento e crescimento profissional.

A autora do presente trabalho participou da execução da pesquisa, no período como assessora na Subsecretaria de Gestão da Informação da SSP/DF. Alguns problemas sociológicos aqui abordados surgiram no momento de execução, após a leitura de bibliografia referente a temática da pesquisa. A entrada na prisão foi uma experiência nova, o que possibilitou a percepção de diversos problemas de pesquisa. A primeira questão foi relacionada ao próprio trabalho dos agentes, numa reflexão sobre os impactos de uma instituição total na vida destes profissionais, e não apenas na dos presos.

A segunda questão central, cerne para produção deste trabalho, é referente as relações sociais entre homens e mulheres em exercício de poder dentro de uma instituição tão masculinizada. Tanto no presídio masculino, tanto no feminino, foi possível apreender nos discursos questões relacionadas ao gênero – não apenas sobre mulheres que trabalham na prisão, mas sobre complexos processos sociais existentes na prisão e sobre como estes impactam no trabalho e na atuação das mulheres. Todas essas “curiosidades sociológicas”, presentes ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foram sendo melhor delineadas – através da leitura de literatura sobre o tema, pesquisas realizadas – e foi possível leva-las também a campo, inserindo uma nova dimensão da pesquisa, que tinha outro objetivo originalmente.

O Distrito Federal possui uma unidade prisional feminina, como será abordado a frente. Tratar temas para além do objetivo principal da pesquisa foi inevitável, visto que a PPDF possui diversos aspectos de gestão que a diferem das outras penitenciárias. Muitas/os das/os servidores que foram entrevistadas/os, trabalharam em unidades prisionais masculinas, e foi possível compreender as diferenças existentes nas relações entre estes dois ambientes. Nas penitenciárias masculinas, os cargos de direção são todos ocupados por

homens, com apenas algumas gerências sob comando de mulheres, e as dinâmicas sociais também são diferenciadas, como será tratado a seguir. O quadro se reverte quando o assunto é a PFDF: a direção e a maioria das gerências são ocupadas por mulheres, além destas serem maioria em todo o trabalho prisional, o que também é oposto as unidades masculinas.

Todas estas diferenças se tornaram gritantes no momento da pesquisa, principalmente porque as primeiras entrevistas foram feitas nos presídios masculinos. Quando houve a entrada na PFDF, todas essas novas dinâmicas instigaram a uma investigação sociológica mais minuciosa, e a autora procurou compreender estas diferenças a partir da pesquisa, julgando também que seria relevante abordar estas peculiaridades para produção do diagnóstico final.

Este é o cenário de produção da presente pesquisa: a imersão em um local que possui em sua maioria servidoras mulheres, o que difere do padrão dos presídios masculinos, e dos papéis atribuídos às servidoras nestes espaços. Nos presídios masculinos, o papel da mulher é sempre relacionado, pelos homens, à proteção, fragilidade, fraqueza. E como estas mulheres não ocupam os cargos de direção, acabam sendo condicionadas a trabalhos que reforçam a ideia da categoria “mulher” presente em nossa sociedade.

É dentro deste contexto que surgiu a motivação para realização desta pesquisa. Os problemas sociológicos aqui abordados serão melhor trabalhados a frente.

## 1.2. Metodologia

A pesquisa aqui realizada utilizou-se dos dados da parte qualitativa e quantitativa da pesquisa supracitada. A tabela abaixo apresenta a quantidade de participantes da pesquisa quantitativa:

Tabela 1 – Servidores que participaram da pesquisa quantitativa

SERVIDORES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA			
Unidade	Servidores	Participantes da pesquisa	Percentual de Participantes
CDP	321	65	20,25%
CJR	207	38	18,36%
CPP	282	59	20,92%
DPOE	181	35	19,34%
PDF I	263	16	6,08%
PDF II	246	51	20,73%
PFDF	201	28	13,93%
SESIPE	158	19	12,03%
<b>GERAL</b>	<b>1.859</b>	<b>312</b>	<b>16,78%</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social (SSPDF)

A parte quantitativa, que foi a aplicação de um questionário fechado aos servidores do sistema prisional, subsidiou alguns dados para se compreender o perfil da PFDF, e algumas outras variáveis consideradas relevantes para a discussão proposta. Na PFDF, apenas 28 servidores participaram da pesquisa de Qualidade de Vida, que resulta em apenas 13,93% do total de servidores da unidade.

Na etapa qualitativa, foco de análise escolhido, foram entrevistados 33 servidores das 6 unidades prisionais do Distrito Federal. Destes 33, oito eram diretores e 25 gerentes, sendo que grande parte já havia trabalhado como plantonistas, lidando direto com as/os presas/os. Ao todo, foram 29,9 horas de gravação, e apenas 3 entrevistados não autorizaram a gravação. Todas as 30 entrevistas foram transcritas, e produziu-se um relatório para cada uma, sintetizando os principais pontos abordados. Na PFDF foram realizadas 6 entrevistas com as/os gestores da unidade.

Foi feita uma análise de conteúdo das entrevistas qualitativas realizadas, dando enfoque a gestão da PFDF, mas não eliminando a importância dos discursos apreendidos nas outras unidades prisionais, que também foram essenciais para discutir o problema de pesquisa proposto.

Por fim, também foram utilizados dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), para se compreender aspectos quantitativos sobre a categoria dos agentes penitenciários, situando o caso específico do Distrito Federal a partir das informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal (SSP/DF).

## **2. AGENTES PRISIONAIS: RECENTE TEMA DE PESQUISA**

### **2.1.O trabalho na prisão**

Antes de iniciar as análises propostas, é importante realizar uma explicação prévia sobre quem são os profissionais que atuam dentro dos sistemas prisionais no Brasil, e mais especificamente no Distrito Federal, onde a pesquisa foi realizada.

O sistema prisional é composto por diversos profissionais: áreas da saúde, educação, assistência social, psicologia, assistência social, advogados, servidores de custódia, policiais. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de junho de 2014, a maior parte dos profissionais que trabalham nos presídios são os servidores de custódia, ou seja, os que trabalham diretamente com os presos, totalizando mais de 45 mil profissionais. O segundo cargo que possui maior quantidade são os cargos administrativos,

totalizando 7.417 profissionais. Até a presente data, trabalhavam no sistema prisional brasileiro 67.176 profissionais.

A tabela abaixo apresenta os a descrição e quantitativo de cargos que atuam nas prisões brasileiras:

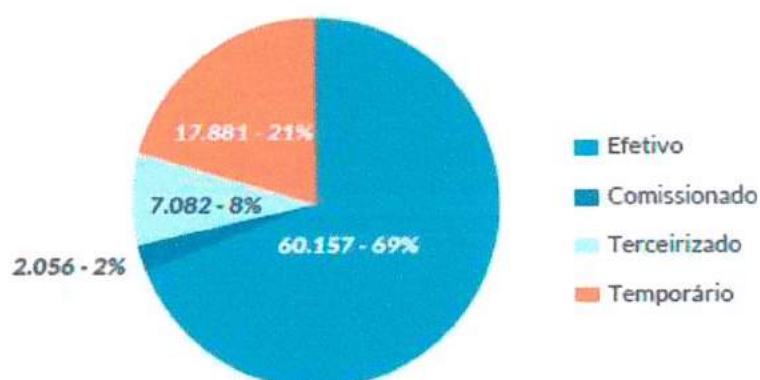
Tabela 2 – Cargos nas prisões brasileiras

Cargos	Número de trabalhadores
Cargos administrativos	7.417
Servidor de custódia	45.619
Policial civil	231
Policial militar	3.560
Assistentes sociais	945
Psicólogos	825
Terapeuta/ terapeuta ocupacional	89
Advogados	546
Enfermeiros	659
Auxiliar e técnico de enfermagem	1.604
Dentistas	428
Técnico/ auxiliar odontológico	280
Médicos - clínicos gerais	449
Médicos - ginecologistas	37
Médicos - psiquiatras	187
Médicos - outras especialidades	33
Pedagogos	289
Professores	3.051
Outros	927
<b>Total</b>	<b>67.176</b>

Fonte: INFOPEN, junho/2014

No quesito vínculo empregatício, observa-se que a maior parte dos profissionais é efetivo, ou seja, são concursados. No Distrito Federal, 99% dos servidores são efetivos, e o restante são terceirizados (INFOPEN, 2014). Destes efetivos, há uma divisão entre duas categorias: os agentes de custódia, que são os servidores do primeiro concurso, que estava ligado à Polícia Civil; e os técnicos penitenciários, que são os servidores dos concursos mais recentes e são ligados a Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE).

Figura 1 – Vínculo empregatício nas prisões brasileiras



Fonte: INFOPEN, junho/2014

Por fim, a tabela abaixo apresenta o quantitativo de vagas nas penitenciárias do Distrito Federal, e a quantidade de agentes em cada uma delas. A unidade que possui a maior taxa de interno por agente é a Penitenciária do Distrito Federal II (PDF II), com uma média de 13,78 internos por profissional. Por outro lado, a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) é a que possui a menor taxa, com 5,01 internos por agente.

Tabela 3 – Vagas nas Penitenciárias do Distrito Federal e Taxa de internos/agente

SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF – UNIDADES PRISIONAIS					
Unidade Prisional	Total de vagas	Lotação	Total de agentes penitenciários	Taxa de interno/agente	Apoio direto da DPOE <sup>1</sup>
Centro de Detenção Provisória (CDP)	1.212	3.747	287	13,05	Sim
Centro de Internação e Reeducação (CIR)	783	2.078	176	11,08	Sim
Centro de Progressão Penitenciária (CPP)	1.130	1.633	253	6,45	Não
Penitenciária do Distrito Federal (PDF 1)	1.584	3.312	245	13,51	Sim
Penitenciária do Distrito Federal (PDF 2)	1.464	3.184	231	13,78	Sim
Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF)	900	771	154	5,01	Não
<b>GERAL</b>	<b>7.073</b>	<b>14.725</b>	<b>1.346</b>	<b>10,93</b>	-

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social (SSPDF)

## 2.2. Nova agenda, novos desafios

Os estudos sobre os agentes prisionais têm crescido nos últimos anos, surgindo pesquisas de diferentes áreas do conhecimento – áreas da saúde, psicologia, ciências sociais. (MARTINS, 2013). Nas ciências sociais, diferentes perspectivas analíticas já foram tratadas, seja na busca de compreensão sobre a identidade das/dos agentes prisionais, seja

compreendendo sobre as ambiguidades existentes no trabalho prisional ou nos impactos da prisionalização na vida das/os agentes (MORAES, 2013; CHIES, 2007; CHIES, VARELA, 2007; CHIES, 2005).

Entretanto, apesar do crescimento destes estudos, alguns enfoques analíticos ainda são pouco/ estudados. Primeiro, são poucos os trabalhos que propõe discussões de gênero no que se refere ao trabalho realizado na prisão. As relações analisadas nas prisões, geralmente, dão enfoque às condições dos presos, ao papel da prisão, ou, no caso dos agentes, aos efeitos do trabalho nas/nos agentes prisionais. Ficam de fora, muitas vezes, as relações de poder entre os próprios agentes prisionais no ambiente de trabalho, o que se constitui em um aspecto central das prisões, e que pode enriquecer as análises e políticas específicas das prisões.

Compreender estas relações leva a outras perguntas de pesquisa: as relações de gênero existentes no trabalho dos presídios impactam no trabalho realizado por mulheres? O que uma gestão majoritariamente feminina tem a dizer sobre estas relações? Quais as diferenças se manifestam na discricionariedade do exercício de poder quando analisado o gênero, e de que forma impactam o trabalho realizado? As possíveis respostas para essas perguntas serão feitas ao longo dos capítulos, nos quais buscou-se introduzir estes novos problemas para este novo tema de pesquisa.

O desafio de responder a estas perguntas traz novos problemas e temas de pesquisa, mas é desta forma que os temas de pesquisas se desenvolvem e tendem a contribuir cada vez mais. Compreender temas como a discricionariedade dos agentes prisionais tem sido um objeto de estudo de algumas pesquisadoras (VIGNA, 2015; MARTINS, 2013), e o novo desafio se torna inserir discussões de gênero para além das grades da prisão. As agentes mulheres sofrem e reforçam opressões de gênero existentes em nossa sociedade, o que gera uma ambiguidade no exercício de suas profissões, mas gera também, do ponto de vista analítico, uma diferente dimensão de trabalho nas prisões. Esta perspectiva tem seus alcances e limites, que também serão melhor trabalhados adiante.

Estudar as complexidades do sistema penitenciário é muito importante para subsidiar políticas na área e produzir mudanças. Este estudo não desconsidera a importância de se pensar as relações de poder existentes entre presos e agentes, e não se trata de uma defesa ingênua e simples destas/destes profissionais. O objetivo é contribuir com os diversos outros trabalhos existentes, para que se possa ter uma compreensão do sistema sem que se deixe de fora todas as suas dimensões. A ideia aqui trabalhada é que de que discutir relações de gênero entre estas profissionais é um tema recente de pesquisa e no qual ainda há muitos desafios.



Para se chegar ao problema central pesquisado aqui, é preciso discutir sociologicamente e antropologicamente sobre a profissão dos agentes no ambiente prisional. Autoras e autores se dedicaram a estudar este tema, trazendo novos elementos para esta discussão (CHIES, 2007; MORAES, 2013; SILVEIRA, 2009; TAETS, 2012). Estes enfoques retiram a perspectiva, muitas vezes reducionista, de olhar para estes profissionais através da ótica de abuso de autoridade e as problemáticas negativas desta profissão. Pensar sociologicamente este trabalho abre um leque de possibilidades para se pensar as prisões, que foi inclusive a motivação para realização da presente pesquisa.

Embora enfoquem questões diferentes, os três analisam processos parecidos e tratam de temas que são comuns nas pesquisas das ciências sociais sobre esta profissão. Algumas pesquisas de outras áreas também foram discutidas aqui, mas apenas os seus argumentos que dialogam com as perspectivas anteriores, que são, de forma geral, os efeitos psicológicos e de saúde que o trabalho na prisão proporciona. Estes trabalhos são, em sua maior parte, da psicologia e de cursos da área da saúde.

Nas ciências sociais, a profissão dos agentes como um objeto de pesquisa tem crescido nos últimos anos, como já foi destacado, mas a produção ainda é pequena se comparada a quantidade de pesquisas que tem como enfoque os presos. Chies (2005) ao tratar sobre a produção de pesquisas sobre o trabalho dos agentes, problematiza a pergunta que surge quanto ao tema de pesquisa, que geralmente é relacionada ao porquê de estudar os agentes prisionais e não os presos. O autor destaca:

“Por que – mesmo enquanto membros docentes e pesquisadores de uma instituição acadêmica universitária, e portanto com o compromisso crítico e científico de atuar na cognição das realidades sociais, humanas, tecnológicas etc, e ainda de com base nesse conhecimento promover a formação de futuros profissionais – ao visualizarmos, inclusive mentalmente, a realidade penitenciária temos uma tendência de ver somente o apenado (o recluso, o preso)? Por que nosso enfoque em relação à questão penitenciária tende a priorizar somente um dos grupos sociais desse sistema organizacional, quando este não é o único que o constitui? Por que atuamos via de regra em detrimento dos demais grupos sociais que se vinculam, direta ou indiretamente ao ambiente penitenciário, e, em especial, esquecemos sobretudo aqueles que cremos menos envolvidos com o drama da privação da liberdade?” (CHIES, p. 2, 2005)

Este argumento é central para o trabalho aqui realizado, que busca, ainda, ir além: contribuir para essa recente agenda de pesquisa, inserindo uma discussão sobre as relações entre as/os agentes prisionais, enfocando questões de gênero existentes dentro da prisão. Para se compreender estas relações é importante pensar sociologicamente esta profissão e encará-la como um objeto de pesquisa das ciências sociais.

### 2.3. Agentes prisionais: um olhar sociológico

A importância de realizar pesquisas que enfoquem também os agentes penitenciários já foi tratada anteriormente, mas é importante trabalhar também quais são os principais estudos já foram feitos e em que ponto são relevantes para a discussão aqui proposta. A prisão é uma instituição complexa, permeada por diversos tipos de relações e dinâmicas com distintos atores, e por isso é importante analisá-la em todas as suas dimensões. Segundo Moraes (2013, p. 131):

“No entanto, o equilíbrio prisional resulta de complexa interação (cf. Weber, 1984) entre diversos atores do sistema penal. Alcança também o âmbito das relações familiares dos detentos (cf. Elias, 1980) e uma série de compromissos e obrigações entre presos e egressos, especialmente quando são organizações que atuam de “fora para dentro” e “de dentro para fora”, isto é, interna e externamente aos presídios.”

Neste sentido, esta parte será dividida em duas principais perspectivas analíticas, que dialogam entre si: i) reflexões sobre a identidade dos agentes prisionais e a percepção da sociedade sobre esta profissão (MORAES, 2013); ii) os efeitos da inserção dos agentes prisionais na instituição, a chamada “prisonalização” (CHIES, 2005). Estes dois principais estudos foram um guia para se pensar as perspectivas analíticas que envolvem os diversos trabalhos no sistema penitenciário.

Para isso, é preciso pensar como se dá a inserção destes profissionais dentro do ambiente da prisão. Os hábitos, padrões, rotinas, dinâmicas e demais processos sociais vividos dentro da prisão impactam a vida destes agentes? Estudos recentes demonstram que sim (MORAES, 2013; CHIES, 2007). Ao analisar a prisão como uma instituição total, como proposto por Goffman (2001), Moraes (2013) busca analisar os processos ocorridos com a inserção de indivíduos neste local. Ele traduz como a “mortificação do eu”, que se caracteriza por uma perda de identidade construída anteriormente em sociedade. Para o preso, isso ocorre desde a entrada na prisão: são retirados todos seus pertences pessoais que simbolizam aspectos de sua identidade (como alianças de casamento), o cabelo é cortado, são dados uniformes etc.

Moraes mostra como a entrada nesta instituição total também impacta a produção de identidade dos agentes penitenciários. Os profissionais devem aprender todas as dinâmicas sociais envolvidas no cotidiano dos presos, seja no modo de falar, de vestir, de comer, ou seja, o agente deve “mimetizar aquilo que ele percebe como sua negação” (MORAES, 2013, p. 136). Neste sentido, os profissionais passam a assimilar o comportamento dos presos, que deve aprender todas as dinâmicas prisionais da vida dos presos, estando em constante estado

de alerta. Além disso, o autor trabalha sobre a estigmatização desta profissão, já que para a sociedade os agentes são comparados aos detentos, ou mesmo piores do que estes (MORAES, 2013).

Esta socialização das/dos agentes em um ambiente tão complexo é tratada por Chies (2005) a partir do conceito de *prisionalização*: a inserção no ambiente prisional tem efeitos psíquicos e físicos na vida dos agentes, e estes modificam sua rotina, seus hábitos, valores, códigos etc. Para retratar estes custos psíquicos e físicos decorrentes do trabalho na prisão, é importante apresentar dados da Pesquisa de Qualidade de vida dos servidores do sistema penitenciário do Distrito Federal (2017). De acordo com os dados, 66,1% dos servidores já necessitaram de se afastar do trabalho, e os principais motivos são, respectivamente: questões ortopédicas, psicopatologias e cirurgias.

Esta perspectiva teórica dialoga inteiramente com a proposta por Moraes, visto que ambos tratam sobre o processo de entrada em uma instituição que possui dinâmicas sociais completamente distintas do mundo social para além delas. É importante para reforçar o que foi proposto aqui: se analisado sociologicamente, o trabalho dos agentes prisionais também está inserido dentro da lógica de exclusão de uma instituição total, e não apenas na chave de reforço dos princípios desta.

Entretanto, é preciso trazer algumas questões para reflexão: homens e mulheres sofrem este processo de socialização na instituição da mesma forma? Ambos são inseridos em uma instituição neutra em relação ao gênero, ou a própria estrutura da instituição já é permeada por entendimentos sobre os papéis de homens e mulheres? Estas são algumas perguntas que demonstram o quanto novos estudos ainda podem contribuir para uma nova agenda de pesquisa.

Estes pontos não serão abordados no trabalho, visto que o problema sociológico tratado está focado nas relações sociais e de poder existente entre as/os agentes prisionais, não tendo como ponto central os custos do trabalho. Por outro lado, é essencial compreender sobre qual perspectiva teórica se utilizou para se pensar sociologicamente o trabalho dos agentes prisionais: pessoas que são socializadas em uma instituição total que impacta em suas identidades. O objetivo não é desconsiderar ou relevar os problemas que existem dentro do sistema prisional brasileiro, principalmente no que diz respeito ao abuso de poder entre agentes e presos. O trabalho dos agentes prisionais, entendido sociologicamente da forma proposta, traz muitos pontos relevantes para se discutir as prisões como um todo, e dá um suporte para se inserir o gênero como uma categoria analítica.

### **3. A PRISÃO SOB NOVO OLHAR: COMPREENDENDO A PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL (PFDF)**

Este capítulo apresenta o caso da Penitenciária Feminina do Distrito Federal para se pensar sobre a gestão feminina dentro de uma instituição marcada por preconceitos de gênero e demarcações do que é feminino e masculino. Dialogando com aspectos das gestões masculinas, o objetivo é apreender de que forma as relações de poder presentes no gênero impactam na atuação das mulheres no trabalho dentro do sistema prisional, buscando compreender a liderança feminina como uma forma de resistência a estas relações.

Seguindo esta lógica, o capítulo está dividido em quatro partes: *i)* apresentação descritiva da PFDF, quantitativo do efetivo e da população presa, apresentação da estrutura e síntese sobre o trabalho realizado na unidade; *ii)* análise das entrevistas através de uma perspectiva de gênero, procurando compreender de que forma as relações de poder permeadas a partir do gênero se dão dentro da instituição. A gestão feminina é compreendida como uma forma de resistência a estas relações; *iii)* as ambiguidades presentes no sistema prisional, em relação as questões de gênero abordadas anteriormente; *iv)* abordagem do conceito de discricionariedade no exercício de poder para explicar os impactos da gestão feminina analisados, concluindo com a importância de se incorporar as perspectivas de gênero na gestão pública.

Desta forma, o capítulo traz a situação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal para refletir sobre alguns pontos importantes sobre o trabalho prisional que ainda não foram estudados no meio acadêmico. A principal discussão aqui proposta é: pensar o trabalho prisional sob uma perspectiva de gênero, enfatizando a existência de relações de poder e analisando de que forma as mulheres são inseridas e posicionadas neste ambiente. Disto, geram-se duas outras discussões, sendo uma relativa a uma análise de uma gestão feminina, compreendendo-a enquanto um diferencial dentro do sistema prisional. Em segundo, buscou-se analisar de que forma esta gestão feminina gera impactos nas ações que são tomadas dentro da unidade prisional.

#### **3.1. Sobre a PFDF**

Atualmente o Distrito Federal possui uma unidade prisional para mulheres, que é localizada na região administrativa Gama. A instituição passou a ser neste local aproximadamente no ano de 1989, pois antes era apenas uma ala dentro do Centro de Detenção Provisória (CDP), uma unidade prisional masculina.

A unidade possui quatro blocos com distintos públicos: bloco 0, que é o de acesso aos visitantes, onde as pessoas e materiais são revistados na entrada do presídio; bloco 1, que é dividido entre a parte administrativa, e do outro lado, as mulheres que estão em regime semiaberto e as que estão sob medida de segurança.

A população deste bloco possui um diferencial em relação aos outros presídios: existe uma ala de tratamento psiquiátrico masculino (ATP), onde estão aproximadamente 80 homens. Esta ala é ponto delicado na estrutura do presídio, visto que não há um treinamento diferencial para os servidores que trabalham com estes presos.

O bloco 2 é inteiramente da parte administrativa, onde ficam as gerências. O bloco 3 estão as mulheres do regime semiaberto sem benefício e também o regime fechado. O bloco 4 é o mais recente, e foi inaugurado em 2016 para atender as presas provisórias.

A PFDF possui 695 mulheres presas, 85 homens sob medida de segurança e 25 homens o regime semiaberto que trabalham para a unidade prisional em reformas, totalizando uma população carcerária de quase 800 pessoas. Na unidade, trabalham 202 servidores, sendo que destes 34 são administrativos. No geral, a penitenciária possui mais mulheres do que homens servidores, principalmente para que se possa atender a Lei de execução penal no que diz respeito ao trato com as presas mulheres.

As unidades prisionais masculinas contam com o apoio da Diretoria Penitenciária de Operações Especiais (DPOE), que oferece apoio as unidades em caso de escoltas externas, acompanhamento de presos, situações de conflito etc. A Penitenciária Feminina, por estar geograficamente mais distante das outras unidades, não possui este apoio. Em caso de quaisquer tipos de saídas externas, como casos de mulheres em situação de parto, a PFDF precisa realocar os servidores do plantão para realizar este trabalho, o que prejudica na quantidade de servidores dentro da unidade.

Em relação a divisão de funções dentro da unidade, existem quatro gerências e o cargo de direção: Gerência de Vigilância (GEVIG), Gerência de Atendimento ao Interno (GEAIT), Gerência de Assistência Jurídica (GEAJ), Gerência de Administração Penitenciária (GEAP)

A primeira é responsável pela vigilância do presídio, fazendo as movimentações de cela, aplicando sanções disciplinares e resolvendo os diversos conflitos entre as presas. Também é responsável por gerenciar as quatro equipes de plantão, além de administrar os abonos, férias, atestados médicos. A GEAJ dá assessoria a direção e as presas sobre aspectos jurídicos. É responsável por controlar a progressão das presas, realização de certidões de comportamento, de trabalho, de estudo, e demais aspectos jurídicos relacionados a vida das

mulheres presas. A GEAIT abrange diversos núcleos: saúde, educação, tratamento psiquiátrico, assistência materno infantil. É a gerência que tem como principal objetivo a ressocialização das presas. Por fim, a GEAP é responsável por administrar os recursos humanos e materiais do presídio, atuando nas obras, construções, reformas.

Na PFDf, a relação entre as chefias de cada gerência se dá sem muitos conflitos. Duas das chefias das gerências são ocupadas por homens, a GEAP e a GEVIG. Este é um fato interessante principalmente em relação a última, que é uma gerência marcadamente masculina, por lidar com questões de vigilância que são “perigosas” para as mulheres dentro da lógica dos papéis atribuídos as mulheres no presídio.

Apesar disto, as mulheres ainda são maioria no presídio e o principal cargo, a direção, é ocupado por uma mulher há sete anos. As decisões mais importantes a serem tomadas no presídio passam pela diretora, que procura buscar um ambiente harmonioso e em constante diálogo com todas as gerências.

Por fim, é importante ressaltar que o trabalho na prisão feminina é mais desgastante psicologicamente para as agentes do que em relação ao trabalho nas unidades prisionais masculinas. Nestas últimas, as mulheres exercem cargos administrativos e seus trabalhos mais delicados são as revistas às visitas – um processo sensível tanto para as visitas, tanto para as mulheres que revistam centenas de pessoas em dias de visitas. Porém, na unidade feminina, as agentes são responsáveis por toda a movimentação de mulheres:

“Olha só, o que que acontece... Eu tenho dificuldade inclusive em angariar mulheres pra trabalhar aqui. Qual é a dificuldade que o pessoal não entende? A mulher num presídio, ainda que ela vá lá na carceragem, mas ela não faz um serviço pesado que a mulher faz aqui. Qual é o serviço pesado? Revista, principalmente. Então, hoje, pra você ter uma ideia... Eu movimento mais de 200 mulheres por dia aqui no Plantão, quer seja pro Núcleo de Ensino, quer ser seja pras Oficinas de Trabalho, quer seja pro Núcleo de Saúde. (...)A equipe feminina do Plantão ela fica mais desgastada. É o trabalho mais pesado que tem dentro do Sistema Prisional, é esse: revistar preso, abrir, fechar cadeado, cuidar daquela rotina ali, que a mulher não faz no Presídio Masculino. Aí quando chega aqui ela fica realmente sobrecarregada.” (Gestora da PFDf)

Além disso, a partir das entrevistas foi possível perceber que o trabalho direto com as pessoas presas tem uma carga emocional maior nas mulheres, que têm preocupações em relação as vidas que estão atrás das grades. Nos presídios masculinos, pela quantidade de homens e falta de estrutura, essa relação próxima quase não é estabelecida, a não ser que se trate de uma proximidade com fins a manutenção da ordem, como a confiança entre presos e agentes para que se possa conseguir informações sobre os conflitos do presídio.

### 3.2. Gênero como categoria analítica

Para se estudar sobre temas como a discricionariiedade no exercício de poder, relações de poder existentes dentro do sistema prisional, e mesmo o papel das/os servidores neste ambiente, é importante trazer a perspectiva analítica de gênero. Como já foi ressaltado anteriormente, este é um enfoque capaz de explicar diversos aspectos sociais que por vezes não são vistos. O foco deste trabalho consiste exatamente neste ponto: enxergar o trabalho prisional para além do entendimento sobre a categoria de agentes de forma geral, mas compreendendo de que forma o gênero pode explicar o trabalho prisional.

Joan Scott (1991) apresenta sua perspectiva sobre como o termo “gênero” poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Para isso, realiza uma contextualização deste conceito a partir de diversos estudos e vertentes teóricas, apontando seus alcances, limites e propondo uma forma de desenvolver este conceito como uma categoria analítica. O texto está, então, dividido em duas principais partes: a contextualização sobre a utilização de gênero, com explicação dos principais estudos produzidos até então e elaboração de críticas aos alcances e limites destes estudos; reflexão sobre o gênero como uma categoria analítica, apresentando suas contribuições em relação aos estudos já feitos.

A definição de gênero trazida por Scott, e sua utilização como categoria analítica, envolve um rompimento com ideias de fixidez e ideias universais. Segundo a autora, “o gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1991, p.89).

Neste sentido, surge uma questão principal: no que impacta as relações de gênero presentes no trabalho dos presídios? As estruturas da instituição prisional, esta última que também é um lugar marcadamente masculinizado, reforça papéis atribuídos a homens e mulheres. As direções dos presídios são ocupadas por homens, assim como os cargos de expediente dentro das prisões, e os cargos ainda “aceitáveis” para as mulheres são os de atendimento ao interno, e justamente por uma compreensão socialmente aceita de que a mulher é responsável pela “proteção” e “instinto maternal”.

Quando uma mulher não representa as características esperadas de seu gênero, é entendida como uma exceção que não é representativa da regra, como pode-se observar no relato de um gestor de um presídio masculino:

*Entrevistadora:* e, por exemplo, nessa situação que você disse que os presos se juntaram, e aí com relação a agente... a mulher. Acontece muito esses tipos de assédio a agentes mulheres? Tem alguma diferenciação em relação ao tratamento dos presos com os homens... Que você vê disso?

*Entrevistado:* na verdade essa mulher, ela... Ela não se vê como mulher, ela tem cabeça de homem. Essa menina. Inclusive até tem que frear ela. Eu tive que falar pra ela "ô fulana, desacelera... quero você em tal posto, você não pode ter contato com preso" aí nós conseguimos convencê-la. Então hoje já não tenho esse problema. **Mas ela, o corpo... a cabeça é de homem né.** Então tem esse prazo assim, mas a mulher geralmente ela não fica com contato com preso... ela fica no portão principal, ela fica nos controles, controles dos blocos. Lógico, preso vai passando e ela controla a saída e entrada de preso, preso quando vai pra escolta e volta ela dá entrada. **Mas assim, numa geral, a gente tem um cuidado de não expor ela...** Os homens vão pro pátio, fazem a revista, elas vão pra cela... Elas fazem um trabalho muito difícil, as mulheres. Vão pra cela... Mas como são muito criteriosas, aí passam o detector de metal nos colchões, né... Fazem revista, descobrem monte de estoque. Mulher, não só no CDP, em toda a unidade prisional, é de suma importância. (Entrevista com gestor de presídio masculino, grifos meus)

É possível apreender, pela fala do entrevistado, que existe uma forma de “ser mulher”, e que quando uma mulher não está seguindo este padrão feminino, é preciso coagir para que ela cumpra seu papel. As mulheres que não tem atitudes “femininas”, como por exemplo o embate com os homens presos e posicionamento firme em relação a estes, são consideradas como pessoas que tem o corpo de mulher mas “cabeça de homem”.

Além disso, existe uma preocupação em proteger as mulheres que trabalham no presídio masculino, ficando implícita a fragilidade delegada a mulher. Aos homens, são dados desafios e circunstâncias de perigo, já que lidam com a gestão da segurança dos presídios e também são quem tem maior envolvimento com os presos.

Este é um exemplo de como a instituição criam e reforçam estas diferenças entre masculino e feminino, delegando as mulheres um papel subalterno em relação aos homens. Este papel deve ser entendido não apenas pelo não contato das mulheres com os presos, mas sim pela forma como são significadas dentro do presídio. Os comportamentos e formas de se relacionar das mulheres são compreendidos como algo “natural”, ou seja, inato às mulheres, como aponta um servidor no presídio feminino:

“É a **natureza feminina** mesmo, entendeu? Isso aí não é só aqui não. É em qualquer lugar por onde eu já trabalhei... todos os locais onde eu já trabalhei, sempre existe isso. Só que como aqui o quantitativo de mulheres é maior, então os problemas tendem a ser proporcionalmente maiores.” (Servidor na PFDF)

“Não, não, não é falta de disciplina mesmo, é da **natureza feminina** mesmo. Você vê que a mulher, até em casa mesmo, ela fala. Ela num consegue ficar calada, né, e aí às vezes até o silêncio... Num tem silêncio sabe? Tanto na nossa casa, no shopping, ou no comércio... Ou num ambiente de trabalho. Então, tem essa distinção. Setecentas mulheres falam muito mais do que quinze mil homens.” (Servidor na PFDF)



Para explicar os comportamentos e atitudes das mulheres, seja em relação as presas ou as agentes, é muito comum a utilização de “natureza feminina”. Neste sentido, os efeitos destas pressões institucionais sobre as diferenciações entre homens e mulheres atingem as mulheres em diversos aspectos, como aponta Novelino (2013):

“Homens e mulheres são ajustados aos estereótipos que os definem enquanto seres masculinos e femininos, pela culpa. Se não funcionarem de acordo com as representações assimiladas, surge a culpa, a sensação de inadequação. Só conseguem se expressar através da filtagem sexual que os dominam.” (NOVELINO, 2013, p. 311)

### 3.2.1. Onde há poder, há resistência?

Por outro lado, há que se destacar que a Penitenciária Feminina é liderada por mulheres. Como já foi dito anteriormente, a diretora ocupa o cargo há mais de sete anos, a maioria das gerências são mulheres, e também a maior parte das plantonistas. Este fato se torna bastante interessante para compreender como as mulheres entraram em um ambiente marcado por estas estruturas de poder tão nítidas, e de que forma isto é lidado por elas em seu exercício de poder. Além disso, também buscou-se refletir no impacto deste tipo de gestão, a partir da perspectiva da discricionariedade.

Quanto a inserção e liderança das mulheres neste ambiente, entendeu-se que a gestão feminina no Distrito Federal tem um papel de resistência a estas relações de poder existentes dentro dos presídios:

“Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em "campos de força" sociais. **No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana**, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem -uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretção e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação.” (SCOTT, p. 86, 1991, grifos meus)

Desta forma, ao mesmo tempo em que a instituição prisional produzir diferenças incomensuráveis entre homens e mulheres, reforçando o que é masculino e feminino, ela também cria uma possibilidade de mudança, que vem a partir da agência humana. Mesmo não sendo um processo consciente, as mulheres do presídio feminino lidam cotidianamente com estas dimensões do poder produzidas pelo gênero, e a liderança em cargos da gestão do presídio e resolução dos mais diversos conflitos dentro deste ambiente pode ser entendido como uma forma de resistência.

Ao tratar sobre estes temas com as gestoras, percebe-se que existe uma consciência do diferencial da PFDF em relação a quantidade de mulheres, e isto foi tratado com muita tranquilidade por todas elas, como pode se observar no trecho de entrevista a seguir:

“Como aqui as chefias eram de mulheres e começava sempre da diretora, nós nunca tivemos esse problema não [sobre as dificuldades em exercer o cargo por conta de conflitos com homens]. O que acontecia, os homens daqui sempre foram liderados por mulheres. A direção era mulher.” (Servidora da PFDF)

A forma como se dá uma gestão feminina em uma instituição masculinizada é um elemento central no presente trabalho. O que está sendo discutido não é uma situação fixa, pois as relações hierárquicas de gênero ainda existem dentro do presídio, principalmente porque muitos dos homens que trabalham na penitenciária feminina já trabalharam nos presídios masculinos e absorveram determinados discursos.

A liderança das mulheres nos presídios é um complexo processo, que possui continuidades e descontinuidades, visto que têm que lidar com relações de poder mesmo fora da unidade prisional. O presídio está ligado a Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE), que por sua vez é vinculado à Secretaria de Segurança Pública, onde atualmente todos os gestores líderes são homens. Além disso, a PFDF também se relaciona com as demais unidades prisionais rotineiramente, o que faz com que as gestoras tenham que, constantemente, estar se posicionando e reafirmando seus papéis enquanto mulheres.

### 3.3. Ambiguidades do Sistema Prisional

As diferenciações trazidas anteriormente levam a uma ambiguidade, visto que as mesmas mulheres que de certa forma buscam romper com estas relações ao gerirem os presídios, também reproduzem estes discursos. Quando as agentes retratam as presas, sempre há um reforço da categoria mulher, abordando por uma perspectiva de que os comportamentos e hábitos das mulheres são algo instintivo e inato:

“Tem toda uma situação diferenciada né. As mulheres são muito diferentes em relação aos homens né. As mulheres são mais depressivas. As mulheres pedem mais por que é aquela questão que eu estava falando, elas vêm para cá mas estão preocupadas com um filho que está em casa e com a família. Isso é muito mais da mulher.” (Gestora da PFDF)

“Mas é uma coisa **natural**. Eu vejo, eu acho que se a gente tivesse presa talvez o nosso comportamento seria esse, né?! A mulher é muito mais ansiosa, muito mais preocupada, né?! Ela quando vem presa, ela traz uma carga muito grande, né?! Dos filhos lá fora que ficaram sem a mãe. Geralmente, as vezes, ela que era a provedora, né?! (Gestora da PFDF)

É importante ressaltar outro ponto sobre a perspectiva analítica de gênero: as mulheres não são iguais e não existe uma categoria universal que represente a todas. Desta forma, as mulheres presas se encontram em situações mais complexas do que as agentes, visto que sofrem de todas as pressões de uma instituição total e, ainda mais, de toda uma sociedade. Nana Queiroz, em seu livro “Presas que menstruam”, ressalta que “nós, enquanto sociedade, evitamos falar de mulheres encarceradas. Convencemos a nós mesmos de que certos aspectos da feminilidade não existirão se nós não os nomearmos ou se só falarmos deles bem baixinho” (QUEIROZ, 2015, p.18).

A profissão de agentes prisionais, como já foi abordado, também não é reconhecida socialmente e muitas vezes é relacionada apenas a tortura, sendo retratados como “carcereiros”. Não seria justo compará-los as situações que vivem as mulheres presas, e nem é este o foco, mas é importante trazer a questão de que há uma dimensão do poder que também absorve as próprias mulheres e as coloca em posição de superioridade em relação as presas.

Neste cenário, são produzidas desigualdades, visto que as agentes prisionais realizam um trabalho que vai entre vigiar e cuidar (BARCINSKI, 2014). A mulher reproduz valores da instituição no momento em que precisa vigiar as presas e puni-las, mas ao mesmo tempo há uma proximidade quando a chave de entendimento é o “cuidar”:

Então assim, eu já tive um problema, veja, uma servidora antiga quando eu cheguei aqui, que aqui tem o que pode entrar e o que não pode entrar no Presídio. Aí chegou uma mãezinha lá do interior, veio visitara filha e trouxe um queijo, sabe? E aí essa servidora ficou penalizada e deixou esse queijo entrar na cadeia. Ah, menina... Quase que a cadeia virou porque todo mundo queria queijo. Por que que o queijo pode entrar pra ela e num pode entrar pra um? E com razão, concorda? Aí eu tive que chamar... "Ah, mas eu fiquei doutora, com dó da mãezinha..." (Gestora da PFDF)

Este tipo de sensibilidade com as mulheres presas e com suas vidas deixadas fora da prisão é um ponto peculiar na prisão. Por lei ou regras, as/os agentes têm orientações padrões a seguir, estipulando as ações que podem ou não ser feitas. Porém, como será desenvolvido no próximo capítulo, existe uma diferenciação entre o que está na lei e o que realmente é aplicado pelos agentes do poder.

Neste sentido, quando analisamos a discricionariedade no exercício de poder dentro da prisão feminina, que possui distinções em relação ao trabalho realizado nos presídios masculinos, observamos pontos essenciais para compreender os efeitos de uma gestão feminina. Quando vistas de uma perspectiva institucional, as ambiguidades existentes na penitenciária feminina podem ser prejudiciais para as pessoas presas, já que há uma separação entre mulheres presas e mulheres que trabalham na prisão. Porém, em relação ao

cotidiano de “cuidar”, observa-se efeitos positivos na relação com as histórias das mulheres presas.

### **3.4. A gestão prisional feita por mulheres: discricionariedade no exercício de poder**

A diferença entre o que está em lei e as ações práticas do cotidiano nas instituições policiais já foi amplamente estudada em diversas ciências. As regras formais e informais perpetuam estes locais, sendo impossível existir regras que determinem exatamente o que deve ser feito em cada situação, ignorando as subjetividades destes ambientes. Estes estudos apontam pontos positivos da discricionariedade, mas ressaltam que ela não deve ser simplesmente combatida, mas regulamentada, visto que ela possui elementos positivos e acabar seria uma tarefa impossível (COSTA, PORTO, 2014).

Na prisão, esta relação entre atos normativos e as práticas dos profissionais não é diferente, e alguns estudos sobre a discricionariedade nesse ambiente partem de ideias clássicas pensadas para instituições policiais. Vigna (2015) destaca:

“Assim, o exercício discricionário do poder emerge como uma característica da vida na prisão. Embora seja fácil pensar nas consequências negativas que desta discricionariedade possam resultar (autoritarismo, uso excessivo da força, discriminação, tortura, ou qualquer tipo de violação dos direitos humanos da população carcerária), muitos autores salientaram a subutilização seletiva de poder como uma das habilidades mais sutis e refinadas que os funcionários da prisão devem desenvolver (Gilbert, 1997; Bennett et al, 2008; Liebling, 2011).” (VIGNA, 2015, p. 4)

Para a autora, a discricionariedade pode se tornar tanto “numa grande ameaça, quanto num traço essencial da tarefa dos agentes penitenciários” (VIGNA, 2015). Dar conta da complexidade das tarefas do cotidiano de uma instituição como a prisão não é algo fácil, e a subjetividade dos agentes tem um papel importante na adequação destas divergências entre a lei e a prática. Os agentes cumprem um papel de manter a ordem e negociar com a população presa a aplicação da norma, o que se caracteriza por um “equilíbrio instável” (SALLE, CHANTRAINE, 2009, apud VIGNA, 2015).

A discricionariedade destes profissionais é influenciada por diversos fatores institucionais, como organização administrativa, quantidade de regras, recursos disponíveis e também individuais, onde estão os valores, instituições, relações (MARTINS, 2015). Neste sentido, as escolhas dos agentes na aplicação da lei dependem também de fatores externos a situação vivenciada, e que constituem a subjetividade do indivíduo. Um fator relevante apontado aqui e que será melhor desenvolvido no último capítulo é o gênero dos profissionais, que também influencia na forma como essa discricionariedade é executada. A

forma como os presos e presas são significados por homens e mulheres variam, além da própria significação da profissão por parte dos profissionais.

Segundo Martins (2015), a partir do estudo sobre os burocratas a nível de rua de Lipsky (2010), existem quatro maneiras pelas quais os profissionais exercem controle para atender os clientes: i) distribuição de benefícios e sanções; ii) determinação de frequência que se dará interação com cidadãos; iii) determinação de normas, apresentando como os clientes devem se comportar e iv) benefícios psicológicos e sanções a partir da interação com os clientes.

O objetivo deste tópico não é analisar cada uma destas formas de controle, mas contextualizar a principal literatura sobre a discricionariedade e burocracia a nível de rua. Este foi o eixo analítico utilizado para se pensar os efeitos do trabalho prisional gerido por mulheres, considerando a importância desta discussão, assim como apresenta Filho (2013):

“Julgo pertinente a discussão sobre a burocracia do nível de rua porque, assim, trazemos à tona os dilemas individuais desses personagens, de fato o cotidiano da implementação da governança. Em pesquisas com este direcionamento, podemos enxergar uma dimensão da política pública e do governo que é comumente invisibilizada. É necessário um olhar apurado para se que conheça não somente questões relacionadas ao “produto final” das políticas públicas, mas também o impactos dos processos de implementação destas para o relacionamento entre os governos - por meio dos aparatos públicos - e os cidadãos.” (FILHO, 2013, p. 12)

Uma categoria essencial para se pensar este tópico é a “dimensão humana” trabalhada por Lipsky (2010, apud Martins, 2015, p.2) em seu estudo: são as situações que demandam do profissional uma análise e julgamento sensíveis. Para se refletir sobre esta “dimensão humana”, é preciso pensar sobre dois aspectos importantes: a prisão feminina possui dinâmicas diferentes (ala maternidade, necessidade de mais produtos de higiene) que faz com que a gestão, obviamente, tenha que ser diferente em relação aos presídios masculinos. Porém, o aspecto considerado aqui é que mulheres que gerenciam a prisão dão mais ênfase a esta “dimensão humana” do trabalho a nível de rua do que simplesmente o cumprimento da Lei de Execução Penal no que diz respeito ao tratamento com a população carcerária.

O que é defendido aqui é que as agentes mulheres criam uma relação com as mulheres presas que não seria possível existir se trabalhassem apenas homens, ou mesmo existir em presídios masculinos. Isto porque as mulheres, apesar de não existir esta categoria universal, como já foi abordado anteriormente, compartilham de experiências semelhantes ao longo de suas vidas, mesmo que em graus diferentes. A experiência das mulheres presas não pode ser inteiramente comparada a das agentes mulheres – há outras variáveis além do gênero a serem consideradas, como raça, classe, idade – mas o fato de terem sido socializadas

mulheres e “dividirem” o mesmo ambiente as torna mais próximas e gera um impacto nas ações da gestão.

Estes impactos na gestão são divididos em duas situações: i) a proatividade das gestoras em relação a angariar recursos que supram as necessidades das mulheres presas, independentemente do auxílio estatal na maioria das vezes e ii) a forma como as gestoras lidam com as separações entre os atos normativos e as situações práticas do cotidiano da prisão. Em ambas as situações a discricionariedade destas mulheres em exercício de poder se dá de forma positiva em relação as mulheres que estão presas.

Em relação ao primeiro aspecto, existe uma grande preocupação para que as principais necessidades das mulheres presas sejam atendidas, e organizou-se uma ampla rede de doações. Quando falta algum tipo de material, as gestoras entram em contato com grupos específicos dessa rede para que consigam angariar recursos, como é possível observar no discurso de uma gestora:

“Comida não pode ser o dia que o Estado licitou, não é? Então, ou roupinha pro bebe ali oh... Roupinha de frio bebê não pode, não tenho condições de ficar aqui esperando o Estado dar. Tem coisa que não tem jeito, né? E a í a gente tem que se virar. Graças a Deus a gente tem conseguido se virar muito bem.” (Gestora da PFDf)

Porém, o problema não é apenas adquirir novos materiais. Também existe uma preocupação consciente com a vida das mulheres que estão atrás das grades e que, muitas vezes, estão completamente abandonadas na prisão. São mulheres que não têm contato com família, amigos ou nenhum vínculo social externo, e por isso não podem receber certos materiais que outras presas recebem das visitas. A gestora do presídio deixa claro que este problema, tão sensível, é enxergado, e por isso não é importante apenas conseguir arrecadar materiais:

“Mas... Aí a família pode entrar com as coisas Tem aquelas que não recebem famílias? Tem. E aí elas ficam sem? Ficam. Quando a gente recebe alguma doação, vamos supor, a Igreja resolve trazer, porque as igrejas nos ajudam muito... As igrejas sabem que tem cem internas que não tem qualquer tipo de visita... A gente passa essas situações pras igrejas, que fazem um kitzinho lá, sabe... Shampoo, condicionador, creme hidratante... A gente vem, separa essas internas e a Igreja entrega para elas. Então, assim, elas só recebem quando a gente recebe doação, se não receber porque ela não tem visita e aí não tem condições comprar na cantina.” (Gestora da PFDf)

“Olha, vou pegar todos os internos que não tem visita e botar aqui no pátio e você entrega, não me entrega pra eu entregar não. Ah mas isso do ponto de vista de segurança... Olha, se fosse num presídio masculino e de segurança máxima talvez pudesse até ter algum inconveniente. Nós nunca tivemos. E aí ela sabe que deixei lá pra ela. Quando não tem doação a gente faz vaquinha e compra! Aqui mesmo agora no começo do ano a gente tava fazendo vaquinha e comprando. Aí foi que eu falei com a faculdade, porque aqui a gente se desdobra, a gente tem muitos parceiros nesse aspecto...” (Gestora da PFDf)

Desta forma, é possível apreender que existe um olhar da gestão para as mulheres presas, já que é enfatizada a significação que as mulheres fazem das dinâmicas do presídio. A preocupação com o momento de entrega dos produtos é algo que diz muito sobre isso, já que assim elas podem se sentir lembradas pela sociedade e se entenderem enquanto mulheres e não apenas “mulheres presas”.

Este primeiro aspecto ressalta o diferencial da discricionariedade no exercício de poder: normativamente, as gestoras deveriam realizar um processo de licitação para solicitar ao Estado as principais demandas. No cotidiano, a direção do presídio compreende que este é um processo demorado e as demandas materiais e também subjetivas (para que as mulheres se sintam visibilizadas) não podem esperar. As ações práticas seguem outra lógica, e neste caso da PFDF produzem efeitos positivos.

O segundo aspecto, que também dialoga com este primeiro, diz respeito a relação entre as agentes e as presas nas situações de resolução de problemas na vida das presas. As gestoras, a partir desta “dimensão humana” trabalhada anteriormente. A situação abaixo demonstra a separação entre o mundo normativo e as práticas cotidianas:

“A gente teve uma estrangeira uma vez que veio de um país islâmico, novinha, dezoito anos na época, menina mesmo, chegou grávida, nem sabia que estava grávida, aí veio presa e aqui na cadeia descobrimos que ela estava grávida, ela teve o bebê aqui, Mohamed, ele parece aqueles corredores, sabe?! Umas “pemonas” enormes, bem negro e um sorriso maravilhoso. Ele nasceu aqui e a... a mãe dele chama -. A - era novinha, não tinha a nacionalidade brasileira, aí o que que a gente pensou..., e a pena dela era pequena, ela pegou um ano e oito, se esse bebê fosse para o abrigo, ela nunca mais ia pegar, que nem documento ela tinha. E aí a gente falou, conversou com o juiz na época e eu falei para ele, falei: **“Doutor, eu só vou mandar esse neném para o abrigo se o senhor me mandar, então, por favor não me manda não, deixa ele ficar aqui, que a mãe dele é excelente mãe, cuida dele direitinho.”** E aí o Mohamed ficou aqui até um ano e um mês, foi quando a mãe dele progrediu. Hoje eles, é..., a XXX tá, continua no Brasil, que ela não pode voltar, se ela voltar ela é apedrejada lá no país dela. E.... que é islâmico, que ela teve um filho fora do casamento. Hoje ela abriu um salão afro de frente para o HPAP lá em Taguatinga e está ganhando o dinheirinho dela, está vivendo. O Mohamed hoje está com cinco anos, parece que tem oito. Enorme.” (Gestora PFDF, grifos meus)

Nesta situação, a gestora sabia dos protocolos normativos existentes: o bebê teria um tempo determinado para ficar dentro da prisão com a mãe, passado esse período, ele teria que ser entregue a algum parente ou conhecido próximo. Não existindo essa vinculação, o bebê deveria ser encaminhado para algum centro de doação. Porém, compreendendo a situação da presa, considerando sua história de vida e a vinculação com o filho, a gestora se posicionou na situação frente ao juiz.

Este tipo de ação impacta no âmbito de ressocialização que supostamente a prisão traz em seus princípios. Na situação anterior, a gestora escolheu tomar uma decisão que levasse em conta a vida da mulher presa, e o resultado disto, mesmo após a saída da mulher da prisão, foi positivo. Atualmente a mulher trabalha, permanece com seu filho, e a partir de um outro relato da gestora, ela se sente muito feliz com a vida que conquistou.

Esta discussão também está interligada ao argumento central do trabalho de que as mulheres como gestoras do presídio exercem um papel de resistir a determinadas relações de poder. De certa forma, esta resistência não perpassa apenas pelas vidas das gestoras, mas é ampliada para a vida das mulheres presas. A forma como é feita a gestão é capaz de gerar impactos no que diz respeito a ressocialização, e também em relação a posição ocupada pelas mulheres dentro do trabalho do sistema prisional.

A análise aqui proposta buscou contribuir nos estudos do sistema prisional. A utilização do gênero é capaz de trazer novos sentidos ao trabalho prisional, ressaltando pontos que muitas vezes são invisibilizados pelo estudo do sistema prisional. O objetivo foi analisar as relações presentes no trabalho do presídio a partir de um entendimento do passado desta instituição. Neste sentido, a discussão foi pautada na compreensão do gênero como uma categoria analítica, assim como apresenta Scott:

“Isso exige uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão como categoria analítica.” (SCOTT, p. 74, 1991)

A perspectiva analítica proposta apresentou como o gênero dá sentido ao trabalho da instituição prisional, estipulando as posições ocupadas pelos agentes homens e mulheres. A análise da Penitenciária Feminina do Distrito Federal demonstrou que a instituição não é permeada apenas pela opressão de gênero, mas que também dá espaço para a manifestação da agência. Ou seja, as mulheres também têm o papel de romper com estas relações de poder e de modificar as estruturas existentes.

Tal fato se manifesta na forma como é feita a gestão, visto que as mulheres enfatizam, em suas tomadas de decisões, aspectos que levam em consideração a vida das mulheres presas dentro da instituição. Apesar de possuir ambiguidades, já que ainda assim as agentes ocupam uma posição hierarquizada em relação as presas, observou-se que o efeito desta gestão é positivo em termos humanos e de ressocialização das mulheres presas.



### 3.4.1. “Necessidades de Estado”: a importância da perspectiva de gênero na gestão pública

As discussões aqui proposta, até então, apresentaram os seguintes elementos: a prisão é uma instituição masculinizada, pautada por relações de gênero e que se manifestam em relações de poder, ou seja, “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional” (SCOTT, 1991, p. 86).

Com base nesta perspectiva, apresentou-se que uma prisão liderada, em sua maioria, e principalmente na direção, por mulheres é uma forma de resistência a estas relações existentes no presídio. Uma prisão feminina liderada por mulheres tem seus impactos, e estes foram analisados do ponto de vista da discricionariedade do poder, concluindo-se que na PFDF esta discricionariedade possui efeitos positivos a nível de ressocialização e vida das presas, e também a níveis de gestão.

Os efeitos positivos relacionados as mulheres presas foi trabalhado no tópico anterior, apresentando uma análise das entrevistas e uma discussão teórica sobre o tema. Porém, é importante destacar os principais efeitos em duas situações: i) a nível de gestão das prisões brasileiras, apresentando a importância de se trabalhar com lógicas que são seguidas por mulheres em um cenário de resistência a uma instituição masculinizada, que geram um impacto positivo na vida das mulheres presas e ii) a nível da gestão pública de forma geral, representando a importância do Estado absorver a perspectiva de gênero em suas ações. Neste sentido, compartilha-se o entendimento de Lago e Zamboni (2016):

“Acreditamos que, ao produzirmos conhecimento sobre o sistema penitenciário levando em conta a forma como ele é também estruturado por hierarquias generificadas e sexualizadas, adicionamos mais uma camada de problematização à sua eficácia como parte de um Estado de Direito.” (LAGO, ZAMBONI, 2016, p. 22)

Esta nova “camada de problematização” é essencial para se pensar um novo modelo de gestão pública, de forma a garantir os direitos das mulheres e equidade de gênero. Isto pode ser pensado em diversos níveis dentro do Estado, mas a contribuição deste trabalho é o enfoque desta perspectiva de gênero dentro da gestão do Sistema Prisional. Este processo é chamado de “transversalização” na literatura feminista, como nos aponta Prá (2010):

“Por transversalização, entende-se a integração do aporte de gênero à agenda política e aos processos decisórios, por meio de ações políticas integradas, pressupondo intervenções conjuntas no plano econômico, político, social ou

cultural, seja em esfera nacional, seja em âmbitos regionais, estaduais, locais ou comunitários. A transversalização de gênero também pode ser tida como modelo alternativo de gestão pública com potencial de modificar padrões de relacionamento entre governantes e governados/as.” (PRÁ, 2010, p. 16)

Este é um ponto muito importante para se pensar o Sistema Prisional, que é marcado por relações de poder decorrentes do gênero em vários níveis, principalmente no que diz respeito as mulheres presas. Como já foi defendido neste trabalho anteriormente, para que se produza mudanças nas prisões é necessário um estudo aprofundado sobre seus diversos aspectos. Por isso é importante a reflexão sobre a transversalização, já que abre possibilidades de mudança da gestão para priorizar aspectos que muitas vezes são relegados.

#### 4. CONCLUSÃO

A partir das análises propostas, pode-se observar que ainda existe um vasto universo de pesquisa a ser explorado dentro do sistema prisional. O gênero tem muito a explicar sobre as relações sociais dentro do trabalho prisional, sendo ainda uma perspectiva analítica relativamente recente nos estudos desta instituição.

É importante destacar que o caso da Penitenciária Feminina do Distrito Federal não é representativo de todos os presídios femininos brasileiros, e por isso os principais argumentos aqui trabalhados não são regra para todos cenários prisionais. Sabe-se que existe muito a se desenvolver na forma como as instituições prisionais são concebidas e trabalhadas, mas o trabalho abordou perspectivas que podem ser utilizadas para compreender também cenários distintos a estes abordados.

Também é importante ressaltar que os apontamentos feitos neste trabalho não buscam ignorar ou eliminar os possíveis problemas que a Penitenciária Feminina do Distrito Federal pode ter, principalmente no que diz respeito a forma como os agentes homens lidam com as mulheres presas. O foco do trabalho não era este e desta forma os aspectos negativos não foram abarcados aqui.

O objetivo foi analisar a PFDF do ponto de vista do gênero, enfatizando que as relações de poder dentro da instituição não apenas oprimem mas também dão espaço para a mudança, e isto é observado a partir da liderança das mulheres na gestão do presídio. Para analisar isso, foram levadas em conta algumas ações das gestoras dos presídios e seus impactos a curto e longo prazo.

Neste sentido, as análises propostas demonstram que este espaço de mudança e resistência das mulheres se expressam na gestão, mais especificamente no tema da

discricionarietà de poder: esta última adquire um caráter positivo, impactando no cotidiano da vida prisional e, principalmente, em termos de ressocialização.

Por fim, o trabalho buscou contribuir para esta nova agenda de pesquisa que é trabalho dos agentes prisionais, trazendo uma nova dimensão de trabalho e de compreensão sobre o papel destes profissionais dentro do sistema penitenciário. Também buscou-se trazer uma discussão sobre mudanças na gestão pública pensadas a partir de perspectivas de gênero, de forma a aperfeiçoar a gestão e buscar a equidade de gênero.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCINSKI, M.; ALTENBERND, B.; CAMPANI, C. Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 7, 2014.
- BRASIL. Lei nº. 7.210, de 11 de Julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Vade Mecum. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen – junho de 2014*. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/rcvRXX>. Acesso em 08/04/2016.
- COSTA, A. T. M.; PORTO, M. S. G. *Condutas Policiais e Códigos de Deontologia: o controle da atividade policial no Brasil e no Canadá*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014. v. 1000. 176p .
- CHIES, L. A. B. ; VARELA, A. B. A ambigüidade do trabalho prisional num contexto de encarceramento feminino: o círculo vicioso da exclusão social. In: *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2007, Recife. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia - Resumos. Recife, 2007.
- CHIES, L. A. et al. Prisionalização e sofrimento dos agentes penitenciários: fragmentos de uma pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 52, p. 309-335, 2005.
- DE MORAES, P.R.B. A identidade e o papel de agentes penitenciários. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 131-147, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo, IBCCRIM, 2005.
- FARIAS, W. F. M et al. Relações entre gênero e reclusão: reflexões acerca da mulher no sistema prisional mineiro. In: *Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade - SITRE*, 2016, Belo Horizonte. Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade - SITRE, 2016.
- FILHO, T. P. A. Burocratas do Nível de Rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado. *X Jornadas de Sociologia. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires*, 2013.
- GOFMMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva; 2001.
- LAGO, N. B.; ZAMBONI, M. . Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade. In: *40ª Reunião anual da ANPOCS, 2016, Caxambu. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs*, de 24 a 28 de outubro de 2016, em Caxambu - MG, 2016.
- LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy, 30th ann. Ed.: dilemmas of the individual in public service*. Russell Sage Foundation, 2010.
- MARTINS, T.P. Poder e discricionariedade de agentes de segurança penitenciária: uma revisão pela perspectiva da burocracia de nível de rua. *Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da crise global: experiências e antecipações concretas*, 2015.
- NOVELINO, A.M. Masculino/Feminino: uma análise micro-política. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria B. (Org.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBA. Disponível em: . Acesso em: ago, 2013.
- PRÁ, Jussara Reis. Políticas para mulheres: transversalizar é preciso. In: ALVES, Ivã; SCHEFFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda; AQUINO, Silvia de.. (Org.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. 1ed.Salvador: NEIM/EDUFBA, 2010, v. , p. 12-35
- QUEIROZ, Nana. Presos que menstruam. *Rio de Janeiro: Record*, 2015.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*, v.16, p. 5-22, 1991.

SILVEIRA, J. T. Se tirar o colete não dá pra saber quem é preso, quem é agente: Trabalho, identidade e prisionização. In. *Anais Sociologia & Política: I Seminário nacional Sociologia & Política*, 2009.

TAETS, A. R. F. Em trânsito: o cotidiano de algumas agentes de segurança penitenciária do estado de São Paulo. *Mediações*, v. 18, n. 2, p. 246, 2013.

VIGNA, Ana. Burocracia atrás das grades: a aplicação da norma no sistema prisional. Artigo apresentado no *IV ENADIR*, GT, n. 1, 2015.